

■ APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista *Com Censo* (RCC) traz como eixo temático a *Formação, profissionalização docente e trabalho educativo*. Ao falar desse assunto, podemos traçar dois caminhos para dirigir o raciocínio sobre a situação: levar para o lado de que é preciso rever as adequações normativas que regem a formação docente; e conduzir para o rumo de que é preciso rever as competências necessárias que os docentes precisam apresentar ou adquirir ao longo de sua formação e/ou do seu exercício profissional.

A primeira perspectiva dirige-se à discussão sobre as legislações e as estruturas dos cursos que formam os docentes, enquanto a segunda vai em direção à discussão sobre as habilidades que docentes devem apresentar em sua atuação profissional. Para esse último caminho, um cuidado maior: ele não deve ter uma conotação demasiada abstrata e indevidamente individualizada. A questão não deve se centrar nas capacidades individuais de quem exerce a docência, apesar de eventualmente poder compor um tópico relevante. Diante dessas opções de pauta sobre a questão, parece surgir um grande risco de só conseguirmos chegar a recomendações genéricas sobre a necessidade de uma “integração entre teoria e prática” e de uma “sólida formação dos educadores”.

Em geral, quando se identifica dificuldades sistemáticas no exercício da profissão docente, voltam-se as atenções – entre outros fatores – para o modo como os cursos de pedagogia e as licenciaturas estão formando os profissionais que exercerão essa função docente nas unidades escolares. Contudo, esses próprios cursos no âmbito do ensino superior brasileiro seguem, em grande medida, um lógica de focar a preparação do docente exclusivamente em adquirir conhecimentos disciplinares e preparo didático. Se a própria postura e concepção dos professores formadores dentro das universidades não forem compatíveis com as necessidades da educação básica, dificilmente a formação inicial será exitosa e relevante para a realidade dos futuros docentes.

O ponto chave nesta questão é o fato de essa relação professor-conhecimento-aluno ser encarada como algo destacado do contexto institucional em que ela ocorre factualmente. É preciso, antes de tudo, compreender as necessidades de formação docente em meio à dinâmica da vida escolar e do funcionamento concreto da escola. É preciso buscar a construção da competência e da capacidade de discernimento docente através de direcionamentos concretos e efetivos, sempre desconfiando do excesso das elaborações teóricas no âmbito pedagógico. A falta de diálogo com a realidade da escola, portanto, é uma grande fonte de dificuldades na formação docente.

Em termos de legislação, a LDB 9.394/1996 conseguiu, em grande medida, abarcar em seu âmago uma perspectiva de formação docente menos teórica e mais prática, menos unívoca e mais plural. É preciso ter como centro de atenção a prática da escola e o seu contexto social. A escola é a instituição responsável por apresentar aos jovens o amplo mundo da cultura e introduzi-los nesse mundo e por apresentá-los à própria condição humana; em outras palavras, a escola é a primeira instituição responsável por humanizar as pessoas e suas relações.

Para conseguir colaborar nessa tarefa de conduzir a educação escolar, o docente precisa ter uma formação que vá além da que lhe faz um detentor de verdades a serem ensinadas, e lhe capacite como uma pessoa consciente de que a verdade é algo da qual sempre se está à procura, em meio à realidade social e cultural em que a escola encontra-se concretamente inserida.

Apesar da primazia da prática, porém, a formação teórica deve ainda ser efetiva o suficiente para que os docentes não tenham a necessidade de sempre reproduzirem modelos de projetos educacionais alhures, aos quais acabam por ficar reféns ao longo de sua prática educacional. Ser docente não se separa da perspectiva da emancipação intelectual em seu exercício profissional.

O trabalho de educar, mais do que ensinar ou instruir, produz efeitos nos valores, nos comportamentos e nas visões de mundo – tanto dos estudantes quanto dos próprios professores –, para além do período de escolarização dos jovens ou do exercício profissional dos docentes. E isso é efetivamente um grande poder que os docentes têm em suas mãos, o de estar responsável pela formação das próximas gerações de uma nação. E isso enseja, em maior ou menor medida, uma necessidade de regulação e acompanhamento do trabalho docente por parte das autoridades estabelecidas. Nesse contexto, o exercício profissional docente é algo que precisa estar sempre buscando se afirmar enquanto tal, sem nunca deixar de lado a sua postura crítica diante da situação em que se encontra, e sem abrir mão do embate, enquanto categoria profissional se e quando necessário.

Esta edição tem início com a seção **Censo em Debate**, que traz alguns dados do Censo Escolar, de fonte tanto distrital quanto federal, sobre a formação docente na rede pública de ensino do Distrito Federal, a título de introdução ao tema por meio das informações censitárias disponíveis sobre o assunto.

Em seguida, encontra-se a seção de artigos científicos. O primeiro artigo desta edição, intitulado **Formação profissional de professores na perspectiva da epistemologia da práxis**, de Bruna Cardoso Cruz e Dalva Eterna Gonçalves Rosa, discute sobre a formação de professores na perspectiva da epistemologia da práxis, de modo a contribuir com reflexões acerca de uma teoria do conhecimento que consiga subsidiar o trabalho docente em suas diversas dimensões. O estudo é bibliográfico, visto que essa metodologia de pesquisa tem como principal técnica a análise de obras que abordam o tema de estudo em questão. Sabe-se que os cursos de licenciatura têm papel fundamental na formação profissional docente, de modo a possibilitar ao professor e ao futuro professor atuar com autonomia, contribuindo para

a emancipação de sujeitos críticos. Desse modo, acredita-se que a formação docente pautada na práxis possibilita o desenvolvimento de um trabalho educacional consciente, por meio de um conjunto de recursos teóricos e práticos, capazes de contemplar a formação profissional docente em vários aspectos.

O segundo artigo, **Formação continuada: caminhos para uma educação humanizada**, de Deise Avelina Felipe Saraiva, reflete sobre a formação continuada numa perspectiva de uma educação humanizada. Esta forma de conceber a formação continuada de professores busca suscitar o sentido humano do trabalho pedagógico tanto do professor formador como do professor em formação. São sugeridos e discutidos três pilares para a formação continuada, que são: a ludicidade, a consciência crítica e o currículo, por entender que a prática docente pode se constituir também em uma ação lúdica e emancipadora a partir de um currículo que promova a autonomia docente e o trabalho coletivo.

O terceiro artigo, **Proletarização do trabalho docente na Educação Superior: Encaminhamentos e desdobramentos sobre o professor**, de Rodrigo Roncato Marques Anes, busca compreender como avançou e se desenvolveu o processo de proletarização do trabalho docente na educação superior brasileira, considerando as transformações políticas e econômicas que ocorreram nas últimas décadas, bem como seus impactos e suas consequências sobre a educação, sobre as universidades e sobre os próprios sujeitos professores. Para isso, como metodologia, foi construída uma pesquisa teórica, buscando refletir criticamente a partir da literatura da área da Educação sobre os movimentos e os encaminhamentos políticos e ideológicos que geraram dois processos diferentes, e ao mesmo tempo dialeticamente complementares, de proletarização do trabalho docente – proletarização técnica e proletarização ideológica. A análise teórica permitiu evidenciar o avanço dos processos de precarização, de intensificação, de

avaliação e de competição direcionados aos professores na educação superior, que trouxeram forte impacto sobre a própria docência e sobre a produção do conhecimento, com valorização do conhecimento prático e valorização da lógica das competências. Sinalizamos que os desdobramentos para os professores têm sido o aprofundamento da alienação e das formas de exploração do trabalho, que tem gerado a responsabilização do professor pelo sucesso ou fracasso da educação; o mal-estar docente que se adquire na profissão; a despolitização do próprio docente; e a desagregação de ações e associações coletivas.

O quarto artigo, **Profissionalização, trabalho e identidade docente na abordagem dialética**, de Elsiene Coelho da Silva e Antônio Neto Ferreira dos Santos, busca mapear temáticas de pesquisa referentes a professor em dissertações e teses dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* de Educação do Centro-Oeste, no período de 1999 a 2014. Objetiva-se, especificamente, construir reflexões acerca da profissionalização nessa produção acadêmica e interfaces com a formação e prática docente. Utilizar-se-á uma pesquisa meta-analítica, de abordagem quantitativa e qualitativa, cujos indicadores apontam pela pouca exploração do tema profissionalização e a identidade profissional em detrimento da sindicalização, ação coletiva, socialização profissional e inserção no trabalho.

O quinto artigo, **Políticas públicas educacionais, docência universitária e formação do pedagogo: Uma reflexão contra-hegemônica**, de Beatriz Gontijo de Jesus, expõe alguns aspectos a respeito da docência universitária e da formação docente no Brasil, abordando as complexidades e contradições destas temáticas, com reflexões de cunho teórico, histórico, subjetivo, social e econômico. Isso é realizado por meio de um levantamento bibliográfico com uma abordagem qualitativa. Busca-se analisar e compreender principalmente as influências das políticas públicas educacionais internacionais e nacionais na docência

universitária e na formação docente, com foco no curso de Pedagogia. Além de analisar, compreender e debater o posicionamento contra-hegemônico aos ditames do projeto neoliberal na docência e na formação, com base na perspectiva *bildung* para o desenvolvimento da autonomia docente, considerando os aspectos intelectuais, subjetivos, afetivos, políticos, sociais e culturais na busca de um ensino universitário emancipador, em que se possibilite que docente e discente sejam sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem. Discussões estas alicerçadas no método materialismo histórico dialético (MHD), que busca entendimento dos condicionantes sociais, históricos, ideológicos e culturais do objeto estudado, considerando-se que, enquanto sujeitos ativos, podemos modificar a realidade, sendo esta cheia de contradições.

O sexto artigo, **A formação de professores sob a perspectiva freiriana**, de Ivana Pinto Ramos, reflete sobre a formação de professores sob a perspectiva freiriana, apontando características e implicações na educação. Freire, enquanto professor e pesquisador da educação libertadora, por ter passado pela experiência enquanto educador e gestor público, soube articular bem as questões ético-política, epistemológica, filosófica, pedagógica e metodológica, buscando caminhos para uma educação conscientizadora, humanista e emancipadora. Expõe suas concepções sobre os saberes docentes, o compromisso com a práxis, enfatizando sempre a importância de um posicionamento ético/político, diante dos ideais neoliberais, reconhecendo que a educação é ideológica e não neutra. Pressupõe-se o ser humano como um ser inacabado, e a educação como processo permanente de “acabamento”, apresentando o formador e o formando como seres inconclusos que precisam buscar cada vez mais o conhecimento de si, do outro e do mundo através da dialogicidade. Decorre disso o fato de os indivíduos se tornarem abertos à procura, à “curiosidade epistemológica”,

exercitando a capacidade de aprender e ensinar, tornando-os sujeitos ativos e não passivos, na sociedade.

O sétimo artigo, ***Estatutos epistemológicos presentes na pesquisa educacional sobre professores: uma análise teórico-conceitual das concepções de formação***, de Solange Martins Oliveira Magalhães, busca identificar e analisar o estatuto epistemológico, produzido na pesquisa educacional sobre professores. Destaca-se a análise da concepção de formação, como ponto central a ser valorizado a partir do estatuto epistemológico da práxis. Parte-se das questões: Qual é o estatuto epistemológico construído nas pesquisas sobre professores? Quais concepções de formação estão presentes na produção? Na busca de respostas, foram articuladas as análises do método, dos referenciais teóricos e das concepções de formação, presentes na produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação, do Centro-Oeste/Brasil, período 1999-2014. Chega-se à conclusão de que há a presença contraditória e simultânea dos estatutos epistemológicos da prática e da práxis, revelando mecanismos de manutenção e resistência à lógica neoliberal presente na pós-graduação. Destaca-se que a epistemologia da práxis pode ajudar a superar a produção de conhecimento vazia de sentido crítico e de sentido emancipador e que essa produção, quando assumida como material formativo, poderá promover a desalienação e emancipação de professores.

O oitavo artigo, ***Pensamento transdisciplinar: Uma postura docente capaz de ressignificar o papel educacional***, de Roberta Maria dos Santos Sousa, destaca alguns princípios epistemológicos que redimensionam o trabalho docente numa perspectiva transdisciplinar, dentre eles: Multidimensionalidade; Interatividade; Diálogo; Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Esses pressupostos ajudam a compreender o pensamento transdisciplinar e a buscar respostas para a desafiadora missão que é a formação do ser em sua totalidade. O objetivo desta pesquisa é mostrar a necessidade de uma reforma do pensamento, uma reforma educacional, uma postura docente capaz de ressignificar o papel da educação, capaz de buscar a relação sujeito e objeto, capaz de religar conhecimentos, de lidar com incertezas,

imprevistos, acasos, no movimento eco-organizacional, capaz de transcender rumo a uma análise do ser, em uma perspectiva multidimensional. Assim, conclui-se que o pensamento complexo é transdisciplinar, e que, através de seus conceitos, somos capazes de encontrar respostas para as dificuldades educacionais e para uma construção de vida mais humana.

O nono artigo, ***Programa Ensino Médio Inovador no DF: história e perspectivas***, de Kelly Cristina de Almeida Moreira, Andyára da Gama Wolney, Renato Domingos Bertolino, Lígia Carolina Santana Catunda Sardinha e Raíssa Bisinoto Matias, apresenta um panorama do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) no Distrito Federal. Para tanto, foi feita uma retrospectiva sobre o Programa desde a sua criação até o ano de 2017. Buscou-se, por meio de uma pesquisa documental, tecer um paralelo entre as linhas de ação, os macrocampos e os Campos de Integração Curricular como Propostas de Redesenho Curricular no Ensino Médio, uma vez que, em seus Documentos Orientadores publicados respectivamente em 2009, 2011, 2013, 2014 e 2016, o ProEMI apresenta propostas de mudanças curriculares, ampliação de carga horária, estratégias para o combate à reprovação e à evasão, bem como incentivo a práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos anseios dos jovens. Com os dados coletados em relação à adesão ao Programa e aos projetos/propostas de redesenho curricular das unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública do DF que aderiram ao Programa no período de 2012 a 2016, espera-se oferecer subsídios que demonstrem a atual situação do ProEMI no DF e promovam o desenvolvimento de estratégias de orientação e acompanhamento dos projetos desenvolvidos nas unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do DF.

O décimo artigo, ***O problema dos múltiplos referenciais teóricos na formulação das diretrizes norteadoras da semestralidade no âmbito da SEEDF***, de André Luís Miranda de Barcellos Coelho, debruça-se sobre as inconsistências metodológicas e sobre a escolha de múltiplos referenciais teóricos para a confecção das diretrizes para a organização do trabalho pedagógico na semestralidade no contexto do ensino

médio, no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Discute-se a incompatibilidade conceitual entre teorias cognitivas e socioculturais utilizadas como referencial teórico para redigir este documento. À luz da teoria cognitiva da assimilação e retenção significativa, comenta-se sobre a prescrição metodológica conhecida como reagrupamentos, no contexto do ensino médio. Por fim, são tecidos comentários sobre a escolha das disciplinas dos blocos semestrais, com o intuito de demonstrar que esta escolha é incompatível com as prescrições normativas de Ausubel. Conclui-se, argumentando que, ao fazer uso de uma teoria educacional, compromete-se também com seus pressupostos e não se deve utilizar apenas os conceitos mais cômodos e que justifiquem escolhas arbitrárias, sob pena de invalidar a experiência educacional no contexto da pesquisa em educação.

O décimo primeiro artigo, ***Documentação narrativa na SEEDF: A voz dos professores que vivenciam a política educacional da Escola Parque***, de Alessandro Correa, traz compreensões acerca das práticas e saberes pedagógico-musicais desses professores, centradas no que emergiu durante uma pesquisa com Documentação Narrativa (DN), metodologia coletiva de produção de relatos de experiência. O intuito foi contribuir com os campos investigativos da pesquisa (auto)biográfica e da Educação Musical, no que tange a experiência constitutiva no contexto escolar, em uma ação epistemopolítica de publicizar o que fazem os professores na Escola Parque (EP), por meio de artigos de relatos de experiências pedagógicas oriundos da DN. Assim, abre-se novas possibilidades de discussão acerca da política educacional presente na EP. A DN efetivada na pesquisa tange aos aspectos diretamente relacionados com a formação, com a profissionalização docente e com o trabalho educativo.

O primeiro relato de experiência, ***A prática docente no ensino tecnológico***, de Amanda Oliveira Magalhães, debate sobre a prática docente no ensino tecnológico, que não tem sido colocado em primeiro plano, fato que destaca certa insensibilidade e pouco empenho em relação a esse debate, muito embora sua exigência surja no próprio exercício da prática educativa. Sabemos, por exemplo, que em sua essência a prática

docente envolve autonomia, escolhas e compromissos, ao mesmo tempo em que é guiada por motivos que não são indiferentes a valores, normas e regras, o que impõe que a questão da formação dos professores do ensino tecnológico seja posta em destaque. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa que estuda as questões que perpassam o “ser professor” no ensino tecnológico, como: quais seriam os critérios que construímos para a continuidade da ação docente nos cursos tecnológicos? Os professores se sentem preparados para essa função? Os relatos mostraram que as professoras sentem muito essa carência formativa, identificam deficiências em suas atividades como docentes, indicam que buscam sanar essas carências via formação continuada ou a partir de sua própria experiência como alunas. No entanto, não foram identificados relatos referentes a uma formação politizada e emancipadora, o que é preocupante quando se pensa na formação de sujeitos humanos.

O segundo relato, **Os reagrupamentos interclasse nos anos finais do Ensino Fundamental**, de Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, fala das experiências, atividades e reflexões do Curso de Formação de Formadores para 3º Ciclo para as aprendizagens, realizado no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE). O principal objetivo deste relato é apresentar propostas de reagrupamentos interclasse para os anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à

sua aplicação na rede pública de ensino do Distrito Federal.

O terceiro relato, **Utilização do laboratório para o ensino de Ciências no Ensino Médio**, de Ézio de Oliveira Souza, Neemias Araújo e Thiago Nogueira da Mota, retrata uma proposta em que uma escola de ensino médio atende às especificações da *parte diversificada*, em seu Projeto Político Pedagógico. Essa parte é tratada em um Projeto Interdisciplinar, denominado “Laboratório de Ciências”. O Laboratório de Ciências é inteiramente ligado aos componentes da Base Nacional Comum da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Os professores são os mesmos que atuam nessas duas frentes, tanto em sala de aula quanto nos laboratórios. As atividades desenvolvidas em laboratório são, na verdade, a extensão da sala de aula; ou seja, o que o aluno aprende em sala, na teoria – na explicação complexa e detalhada do professor – ele vivencia em experimentos e simulações que tornam os conteúdos significativos e percebidos em situações práticas. Com esse projeto, o aluno deixa de ser um sujeito passivo na relação ensino-aprendizagem e passa a atuar como agente de sua experiência científica.

O último relato, **A História da Educação e sua importância para a formação de professores**, de Rosângela Ferreira, busca contribuir com discussões sobre a temática da importância

da História da Educação na formação de professores. Para tanto, foi feito um estudo com alguns autores que discorrem sobre o assunto, com base em uma pesquisa qualitativa, focando o estudo em uma abordagem que relata como era o processo educativo do passado, bem como sobre o comportamento do professor em relação ao processo de ensino-aprendizagem, e sobre como a história transmitida ao futuro professor de maneira adequada, utilizando comparações com o cotidiano deles, é mais bem absorvida, despertando curiosidades e interesses em também fazer parte dela, mesmo que inicialmente em sua localidade e quem sabe, futuramente, fazer parte de uma parcela maior da história. Conclui-se com o presente relato que a formação do professor constitui peça fundamental no sucesso de qualquer reforma do sistema educativo e que é necessário refletir sobre o seu perfil, tendo o início do novo século no horizonte, impondo como uma tarefa de inadiável exigência uma vez que se torna indispensável dotar os futuros professores de uma formação científica, psicopedagógica e cultural competentes.

Nesta edição encontra-se, ainda, um dossiê temático com o título **Abrindo trilhas para a Educação do Campo**, que trata sobre a Educação do Campo.

Que este apanhado de pesquisas e experiências registrados aqui possa subsidiar nosso trabalho docente. Uma boa leitura! ■

Claudia Garcia de Oliveira Barreto

Subsecretário de Planejamento,
Acompanhamento e Avaliação/SEEDF